



## ENCHENTES



# Presidente e relator do Orçamento visitam Santa Catarina para avaliar prejuízos

***Em Plenário, deputados pedem ampliação de doações às vítimas | 3***

### ECONOMIA | 8

Dilma Rousseff explica a deputados efeitos da crise financeira em investimentos do PAC

### PLENÁRIO | 4

Flávio Dino aponta importância de concluir votação da proposta que muda o rito de MPs

### DATA NACIONAL | 7

Câmara aprova feriado, em 20 de novembro, do Dia de Zumbi e da Consciência Negra

### TURISMO | 5

Exigência de visto para norte-americanos traz prejuízos ao País, dizem parlamentares

# agenda

2 de dezembro de 2008  
Terça-feira

## Reforma tributária I

Líderes da oposição discutem a reforma tributária. Local e horário a definir

## Reforma tributária II

Reunião de líderes da base aliada para discutir a reforma tributária. Gabinete da Liderança do Governo, às 10h

## Comunicação

As comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Legislação Participativa; e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realizam encontro preparatório para a I Conferência Nacional de Comunicação. Plenário 4, a partir das 9h



## Indígenas

A Comissão Especial sobre a exploração dos recursos em terras indígenas reúne-se para discussão e votação do parecer do relator, deputado Eduardo Valverde (PT-RO). Plenário 11, às 10h

## Enchente

A Comissão Externa para Acompanhamento da Calamidade de Santa Catarina reúne-se para consolidar o relatório sobre a situação do estado. Sala da liderança do DEM, às 11h

## Orçamento

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização realiza reunião extraordinária para apresentação, discussão e votação dos relatórios setoriais apresentados ao Orçamento de 2009. Plenário 2, às 14h

## Telecomunicações

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural debate em audiência pública as alterações aprovadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no Plano Geral de Metas e Universalização das Telecomunicações e suas implicações quanto à inclusão das pequenas comunidades rurais. Plenário 6, às 14h30

## Grampo

A CPI das Escutas Telefônicas ouve o agente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), José Ribamar Reis Guimarães. Plenário 13, às 14h30

## Mão-de-obra

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público discute a situação em que se encontram os órgãos de gestão de mão-de-obra estabelecidos na Lei 8.630/93, que disciplina o regime de exploração dos portos organizados e das instalações portuárias. Plenário 12, às 14h30

## Novos cargos

A Comissão Especial sobre criação de cargos no Banco Central e na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca ouve o ministro Altamir Gregolin. Plenário 14, às 14h30

## Royalties

A Comissão de Finanças e Tributação discute a distribuição dos royalties de petróleo e gás natural. Plenário 4, às 14h30

# Câmara lança legislação em áudio e livro digital acessível

Em comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a Câmara lança amanhã a Constituição e outras leis em áudio (formato mp3) e no formato livro digital acessível (Lida). O público vai receber CDs com a Constituição, o Código de Defesa do Consumidor, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Legislação Brasileira de Proteção à Pessoa Portadora de Deficiência. O conteúdo também poderá ser baixado por meio do Portal da Câmara ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)). O evento será realizado às 10 horas no Espaço do Servidor (anexo 2).

Na mesma ocasião, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, vai assinar contrato com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (Apae-DF) que prevê a prestação de serviços de higienização de livros e documentos por pessoas com deficiência, na biblioteca do Centro de Documentação e Informação. Também participarão da cerimônia o primeiro-secretário da Câmara, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e o presidente da Federação Nacional das Apaes, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

O evento contará também com a apresentação musical dos alunos da Escola Classe 410 Sul, de Brasília, exposição de quadros táteis da artista plástica Cristina Portella e dos trabalhos de fotógrafos com deficiência visual, coordenados pelo



fotógrafo e professor Humberto Lemos. As exposições poderão ser visitadas até 11 de dezembro, de segunda a sexta-feira, das 9 às 18 horas, no Espaço do Servidor e no corredor de acesso ao Plenário.

**Acessibilidade** - A Câmara dos Deputados tem realizado diversas adaptações para atender às necessidades das pessoas com deficiência, eliminando barreiras arquitetônicas e de comunicação, além de capacitar funcionários que atuam no atendimento ao público. Entre as ações já realizadas, destacam-se: adaptação e sinalização de banheiros e plenários; rebaixamento de meios-fios; aquisição e instalação de equipamentos, incluindo plataforma elevatória, impressora braille, cadeiras de rodas e triciclos motorizados para visitantes; reserva de vagas nos estacionamentos; palestras e cursos de capacitação e sensibilização; adaptação das páginas do Portal da Câmara na Internet; contratação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para eventos; aquisição e instalação da maquete tátil do Congresso Nacional para a visitação institucional, no Salão Verde; instalação de sinalização visual e em braille; disponibilização, na Biblioteca, de exemplar da Constituição Federal em braille, cedido pelo Senado Federal.

que as autoridades precisam tomar providências diante das inúmeras denúncias de irregularidades nas eleições, no que se refere à segurança das urnas eletrônicas. O deputado ressaltou que alguns problemas das urnas não podem mais ser aceitos. "Uma urna que não confere a contagem de votos e não certifica o meu voto fere a Constituição Federal, porque priva o cidadão de ter o conhecimento exato de onde está o seu voto", disse.

## CCJ ouve TSE sobre denúncias de irregularidades com urnas

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania realiza na quinta-feira audiência pública para discutir denúncias de irregularidades em urnas eletrônicas. O assunto começou a ser discutido na semana passada. Nesta semana, serão ouvidos o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Dutra Janino, e o professor do Instituto de Computação da Unicamp Jorge Stolfi.

As duas audiências foram solicitadas pelo deputado Gerson Peres (PP-PA). Ele disse

que as autoridades precisam tomar providências diante das inúmeras denúncias de irregularidades nas eleições, no que se refere à segurança das urnas eletrônicas. O deputado ressaltou que alguns problemas das urnas não podem mais ser aceitos. "Uma urna que não confere a contagem de votos e não certifica o meu voto fere a Constituição Federal, porque priva o cidadão de ter o conhecimento exato de onde está o seu voto", disse.

### Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 53ª Legislatura

Presidente: **Arlindo Chinaglia (PT-SP)**

1º Vice-Presidente  
**Nárciso Rodrigues (PSDB-MG)**  
2º Vice-Presidente  
**Inocêncio Oliveira (PR-PE)**  
1º Secretário  
**Osmar Serraglio (PMDB-PR)**  
2º Secretário  
**Ciro Nogueira (PP-PI)**  
3º Secretário  
**Waldemir Moka (PMDB-MS)**  
4º Secretário  
**José Carlos Machado (DEM-SE)**

Suplentes  
**Manato (PDT-ES), Arnon Bezerra (PTB-CE), Alexandre Silveira (PPS-MG) e Deley (PSC-RJ)**  
Ouvidor Parlamentar  
**Carlos Sampaio (PSDB - SP)**  
Procurador Parlamentar  
**Alexandre Santos (PMDB - RJ)**  
Diretor-Geral  
**Sérgio Sampaio de Almeida**  
Secretário-Geral da Mesa  
**Mozart Vianna de Paiva**

### SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Secretário: **Roberto Seabra**

(61) 3216-1500

[secom@camara.gov.br](mailto:secom@camara.gov.br)

#### Jornal da Câmara

Diretora  
**Amneres Pereira**  
Editora-chefe  
**Rosalva Nunes**

Editoras  
**Maria Clarice Dias**  
**Renata Tórres**  
Editor de fotografia  
**Reinaldo Ferrigno**

Diagramadores  
**Guilherme Rangel Barros**  
**José Antonio Filho**  
**Roselene Figueiredo**

Ilustrador  
**Renato Palet**  
Projeto gráfico  
**Ely Borges e equipe do jornal**

Câmara dos Deputados - Anexo I - Sala 1508 - 70160-900 Brasília DF  
[jornal@camara.gov.br](mailto:jornal@camara.gov.br) | Fone: (61) 3216-1666 | **Disque-Câmara - 0800 619 619**

Impresso na Câmara dos Deputados | DEAPA / CGRAF

# Presidente e relator do Orçamento vão a Santa Catarina ver estragos de perto

Marise Lubullo

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado **Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS)**, e o relator do Orçamento da União de 2009, senador **Dalcídio Amaral (PT-MS)**, visitam Santa Catarina nesta sexta-feira (5). A convite do deputado **Vignatti (PT-SC)**, eles vão conhecer de perto a situação dos municípios destruídos pela chuva no estado. Para Vignatti, é importante sensibilizar os dois parlamentares para garantir recursos orçamentários para a reconstrução das áreas atingidas.

“Muitos dos recursos que serão empenhados pelo governo federal vão sair do orçamento do ano que vem, porque vai ficar um resto a pagar muito grande, não há como aplicar tudo este ano. Além disso, parte dos recursos destina-se a contenção de cheias. Então, sensibilizar o presidente da Comissão de Orçamento e o relator, para nós, é importante porque garante uma maior aproximação da causa”, explicou Vignatti.

Embora o prazo para apresentação de emendas aos relatórios setoriais do orçamento de 2009 já tenha terminado, o deputado Vignatti diz que o valor dos recursos sugeridos para obras de infra-estrutura, por exemplo, pode ser aumentado por causa da tragédia em Santa Catarina. O presidente da Comissão Mista de Orçamento espera que a visita ao estado permita uma noção mais clara das necessidades da população. “Tenho certeza de que o governo se preparou para enfrentar essa situação da melhor forma possível. É preciso toda solidariedade possível com Santa Catarina. E, mais do que a intenção de fazer, o fazer é fundamental e essa é a nossa disposição”, disse Mendes Ribeiro Filho



Santa Catarina espera recursos orçamentários para a reconstrução das áreas atingidas

## Comissão vai elaborar relatório sobre tragédia

A comissão externa que acompanha a situação de calamidade em Santa Catarina se reúne hoje para elaborar um relatório sobre o estado, onde as chuvas provocaram a morte de mais de 100 pessoas e deixaram 78 mil desabrigados. Com base nesse relatório, a comissão definirá suas ações. A reunião será realizada às 11 horas, na sala da Liderança do DEM.

A intenção da comissão é fazer com que o Orçamento de 2009 contemple a reconstrução dos municípios atingidos pelas enchentes. Na sexta-feira, integrantes da comissão externa terão encontro com o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira. A reunião ocorrerá às 9 horas, no palácio do governo. O presidente da comissão é o deputado **Paulo Bornhausen (DEM-SC)**.

## Deputados de vários estados elogiam corrente de solidariedade

Janary Júnior

Os deputados destacaram ontem no Plenário a corrente de solidariedade que se espalhou nos últimos dias em todo o País em proveito das vítimas das enchentes que afetam Santa Catarina, onde já foram contabilizadas 114 mortes e mais de 70 mil pessoas desabrigadas.

“A televisão não consegue retratar aquilo que está acontecendo em Santa Catarina. A chuva ainda não deu trégua”, disse o deputado **Décio Lima (PT-SC)**. De acordo com ele, a tragédia só é amenizada pela campanha de solidariedade

que desde a semana passada ocupa pessoas das mais diferentes regiões do País. Lima destacou ainda a situação do Porto de Itajaí, seriamente afetado pelas chuvas e que está sem operar, levando a um prejuízo diário de US\$ 33 milhões. O ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito, deve visitar hoje o porto para conhecer de perto os estragos.

O deputado **Zonta (PP-SC)** disse que não poderia deixar de registrar o sentimento de gratidão que o povo brasileiro está oferecendo ao seu estado. “Esse sentimento está fazendo com que o povo catarinense, que vive um momento terrível, erga sua esperança e possa superar esse momento”, afirmou.

O deputado **Carlos Santana (PT-RJ)** também elogiou a manifestação de apoio da população. Ele relatou que neste domingo foi realizado um evento para comemorar os 100 anos da umbanda no Brasil, no Rio de Janeiro, e na ocasião foram arrecadados alimentos para serem enviados a Santa Catarina. Santana defendeu a ampliação das campanhas de doação. O deputado **Dr. Talmir (PV-SP)**, reforçou a proposta, pedindo a remessa de medicamentos e roupas. Também o deputado **Vicentinho (PT-SP)** defendeu o envio de mais doações e elogiou a capacidade de mobilização da população. Em São Paulo, disse, foram realizados diversos eventos neste final de semana para arrecadar

mantimentos para Santa Catarina, inclusive pelo Sindicato de Metalúrgicos do ABC. “O povo brasileiro tem dado resposta”, ressaltou.

Já a deputada **Rita Camata (PMDB-ES)** lembrou que em 1982 seu estado viveu situação parecida, tendo recebido uma ajuda importante dos catarinenses. Ela acrescentou que os catarinenses têm um histórico de dedicação ao trabalho e reverterão a tragédia vivida nos últimos dias. Também prestaram solidariedade à população de Santa Catarina os deputados **Bernardo Ariston (PMDB-RJ)**, **Efraim Filho (DEM-PB)**, **Miguel Martini (PHS-MG)** e **Ricardo Barros (PP-PR)**.

## Pinga-Fogo

### Impostos

**Doutor Ubiali (PSB-SP)** disse que a reforma tributária é fundamental para equilibrar as relações sociais e econômicas no País e reduzir a quantidade de impostos, que penalizam os contribuintes. A reforma tributária, segundo ele, deve reduzir a incidência de tributos sobre as empresas e desonerar as exportações e os investimentos, como forma de otimizar a geração de emprego e renda. O deputado defendeu o fim da tributação cumulativa e da complexidade tributária, que emperram o crescimento nacional.

### Anistia

**William Woo (PSDB-SP)** pediu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para votar projeto de sua autoria que assegura a concessão de anistia às pessoas que encontram-se em situação irregular no Brasil. Woo lembrou que a última anistia concedida pelo governo brasileiro ocorreu em 1998, beneficiou mais de 120 nacionalidades e garantiu cidadania e trabalho formal a coreanos, argentinos, bolivianos e paraguaios. Ele espera que o projeto seja apreciado em Plenário ainda neste ano.

### Mamona

**Félix Mendonça (DEM-BA)** pediu a realização de audiência pública na Câmara para que os presidentes da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima, e da Petrobras Biocombustível, Alan Kardec, expliquem com dados técnicos a divergência apresentada entre as entidades sobre a utilização da mamona como matéria-prima do biodiesel. Mendonça narrou que uma possível restrição do uso do óleo da mamona na composição dos biocombustíveis causaria grande prejuízo à agricultura familiar da Bahia, terceiro produtor mundial do produto.

# Relator considera emendas do Senado inconstitucionais

Na sessão de ontem no Plenário, o deputado **Marco Maia (PT-RS)** terminou ontem de apresentar seu parecer às emendas do Senado ao projeto de lei de conversão da Câmara para a Medida Provisória 440/08, que reajusta a remuneração de várias carreiras consideradas típicas de Estado e transforma os salários desses cargos em subsídio, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho deste ano.

Maia considerou inconstitucionais as duas emendas dos senadores por mudarem a remuneração e o enquadramento de cargos de carreiras do Poder Executivo, iniciativa exclusiva do presidente da República. Ele também explicou que elas não cumprem os aspectos de viabilidade orçamentária e financeira por não demonstrarem a origem dos recursos para criar novas despesas.

A primeira emenda inclui na carreira de Analista-Tributário cargos de diversas carreiras cujos servidores trabalhavam na Secretaria da Receita Previdenciária quando de sua incorporação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Já a segunda mudança proposta pelo Senado reorganiza em carreira cargos redistribuídos ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

**Sessão produtiva** - O discussão do texto foi encerrada ainda ontem, mas, por falta de quorum para votações, o presidente Arlindo Chinaglia encerrou a Ordem do Dia. Apesar de não concluir a análise da

medida, Chinaglia classificou como produtiva a sessão de ontem.

Segundo o presidente, a leitura do relatório e a discussão da matéria já representam um avanço e a sessão extraordinária marcada para hoje às 10h já se inicia com a votação da MP. “Espero que, no diálogo com os líderes tanto da base do governo quanto de oposição, a gente consiga produzir algum acordo ou procedimento para

avançar na pauta”, disse.

Chinaglia destacou que existem várias propostas como a PEC do Trabalho Escravo, a PEC do Cerrado e a revitalização do rio São Francisco que podem ser votadas ainda neste ano.

Quanto à reforma tributária, o presidente acredita que ela não deve ser votada ainda este ano, uma vez que não há consenso sobre a matéria.

RODOLFO STUCKERT



A MP que reajusta a remuneração de carreiras típicas de Estado voltou do Senado e tranca a pauta do Plenário

GILBERTO NASCIMENTO



Flávio Dino

## Flávio Dino defende a conclusão da proposta que muda o rito das MPs

Ao lembrar da proximidade do fim do ano legislativo, que termina em 22 de dezembro, o deputado **Flávio Dino (PCdoB-MA)** disse ontem, em Plenário, que os

parlamentares “precisam dar conta de algumas tarefas”, uma das quais já iniciada: a conclusão da votação dos destaques da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 511/06, que muda a tramitação das medidas provisórias.

Dino afirmou que trabalha com a ideia de que a Câmara encontre, em três semanas, o equilíbrio adequado entre o vetor da governabilidade - que exige uma legislação de urgência, posta à disposição do presidente da República para, em situações excepcionais, regulá-las com velocidade -, e o vetor da democracia, que exige o controle parlamentar pleno acerca dessa atividade excepcionalmente conferida ao chefe do Poder Executivo. “Precisamos concluir a tarefa e não nos esquecer que sempre estaremos diante de um modelo que deverá ser revisto a cada momento, pois não há artefato institucional destinado a vigorar para todo o sempre”, afirmou.

Dino acrescentou que a Câmara não pode perder a chance de buscar, ainda em 2008, um modelo capaz de manter as medidas provisórias nos sistemas jurídico e constitucional, e ao mesmo tempo, de abrir caminho para que o Legislativo possa

funcionar com mais regularidade e eficiência mediante a manifestação da maioria do Plenário. “Destaco a imperatividade da conclusão da votação dessa matéria [PEC 511/06]. Nós não podemos contaminá-la pela polêmica que hoje marca a chamada reforma tributária”, ressaltou.

**Outras reformas** - Ao realizar projeções para 2009, Flávio Dino defendeu a conclusão das reformas tributária e política (PEC 233/08 e PL 1210/07). Sobre a reforma política, o parlamentar sugeriu que o Congresso coloque um tema por vez em votação, evitando, assim, propostas que condensam diversas polêmicas. Na opinião de Dino, as reformas anteriores não vingaram porque alguns pontos mais polêmicos inviabilizaram todo o projeto em votação. “Espero que tenhamos, em 2009, um ano legislativo produtivo, e enfrentemos a temática da reforma política com os vários temperos e olhares possíveis, discutindo, chamando a sociedade para o diálogo acerca desse tema. É necessário um sistema político cada vez mais apto a ajudar o povo a ter qualidade de vida, com plenitude de direitos em prol do desenvolvimento do País”, afirmou.

# Governo estuda fim da reciprocidade em visto para norte-americanos

Edvaldo Fernandes

O diretor do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça, Luciano Pestana Barbosa, disse que o governo deve enviar à Câmara ainda neste ano um projeto de lei que pode acabar com a exigência de vistos para turistas de países que exigem visto de brasileiros, como é o caso dos Estados Unidos.

Barbosa, que participou de audiência pública na Comissão de Turismo e Desporto na semana passada, afirmou, entretanto, que a aprovação do projeto não vai levar ao fim automático do visto de entrada para norte-americanos, como quer o Ministério do Turismo. A questão, no entanto, poderá ser negociada entre os governos.

Hoje, de acordo com o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80), o Brasil deve aplicar o princípio da reciprocidade e exigir visto dos nacionais de países que exigem visto de brasileiros. Deputados da Comissão de Turismo e Desporto querem afastar o princípio da reciprocidade e permitir que turistas dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália e de outros países ricos entrem no Brasil sem visto.

“Não vejo como enfraquecer o princípio da reciprocidade, que está ligado à soberania. Somos a favor de acordos internacionais que permitam o ingresso de brasileiros em outros países como de nacionais desses países aqui no Brasil”, disse Barbosa.

Conforme o anteprojeto, que está sendo analisado pela Casa Civil, os ministérios das Relações Exteriores e da Justiça poderão, por ato conjunto, dispensar a exigência de visto de turismo unilateralmente, caso haja interesse nacional.

Durante a audiência, também foi discutido o Projeto de Lei 2430/03, do deputado **Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE)**, que isenta os turistas norte-americanos de visto de entrada no Brasil. O projeto foi aprovado pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição e Justiça e de Cidadania e está pronto para entrar na pauta do Plenário.

Na CCJ, foi aprovado substitutivo do deputado **Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)** que amplia a isenção de visto para outros quatro países: Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia, além de outros que forem considerados de interesse para o turismo nacional.



Setor de turismo aponta prejuízo em razão da exigência de visto dos EUA

## Parlamentares alegam que exigência causa prejuízo ao Brasil

O deputado **Otávio Leite (PSDB-RJ)** disse, durante audiência pública na Comissão de Turismo e Desporto, que o princípio da reciprocidade dá prejuízo ao Brasil. Nos últimos 12 meses, segundo ele, os turistas americanos gastaram 5 bilhões de dólares (cerca de R\$ 11,4 bilhões) no Brasil, ao passo que os brasileiros gastaram o dobro nos Estados Unidos. Para o deputado, o Brasil pode passar a receber um milhão de turistas americanos por ano, em vez dos atuais 600 mil, se tiver fim a exigência de visto. Outra opção, diz Leite, é adotar um visto simplificado para os turistas de países ricos, que seriam emitidos no Brasil, por ocasião do desembarque.

A diretora do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, Mitzi Gurgel Valente da Costa, disse que o Itamaraty é contra o fim do critério da reciprocidade para exigência de vistos. O Brasil, segundo ela, não tem estrutura para emitir vistos nos aeroportos.

Para a diplomata, não é a exigência de visto que explica o baixo fluxo de turistas americanos e de outros países ricos para o Brasil, mas a imagem ruim do País no exterior. Ela disse que não se exige visto dos britânicos e mesmo assim o fluxo de turistas do Reino Unido para cá é baixo, porque todas as semanas o que se lê nos jornais de lá são notícias de assaltos no Rio de Janeiro, de dengue, de apagão aéreo. “Isso assusta as pessoas.

Essa percepção do Brasil pode ser mudada, e é o fator que vai trazer das pessoas”, afirmou.

**Custos** - O chefe de gabinete do Ministério do Turismo, Carlos Alberto Silva, discordou da colega de governo. Segundo ele, o custo com a emissão de visto influi na decisão do turista. Não podemos abrir mão da soberania nacional, mas temos que disputar com outros países o turista de longa distância”, defendeu.

O deputado **Edinho Bez (PMDB-SC)** afirmou que esses custos podem desencorajar o turista, especialmente quando a família é grande. O deputado, porém, protestou contra as dificuldades que o governo norte-americano impõe para o turista brasileiro que quer viajar aos Estados Unidos. “Muitas pessoas idôneas, que têm condições financeiras, não conseguem vistos. Precisamos exigir o respeito que o brasileiro merece”, afirmou.

Por sugestão do deputado **Marcelo Teixeira (PR-CE)**, o presidente da Comissão de Turismo, Albano Franco, vai tentar, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, agendar uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir o assunto. Carlos Eduardo Cadoca criticou as divergências entre os ministérios do Turismo e das Relações Exteriores e cobrou a definição de uma posição uniforme sobre a matéria dentro do governo.

## Secretário pede reforço para a aviação regional

Eduardo Tramarim

O secretário de Aviação Civil do Ministério da Defesa, tenente-brigadeiro Jorge Godinho, pediu o apoio dos deputados a medidas de reforço à aviação regional, como a redução, nos estados, do ICMS sobre o querosene usado pelos aviões. “O estado que desejar ter mais vôos poderá dar incentivos”, afirmou Godinho, que participou, na semana passada, de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor.

Os debatedores ressaltaram que alguns dos mais importantes centros regionais do Brasil não são atendidos por vôos das grandes companhias. Eles lembraram que o governo não pode interferir diretamente no assunto, porque o mercado da aviação é desregulamentado. São as companhias que decidem se vale a pena manter vôos para um determinado destino.

**Incentivos** - O governo pode, no entanto, conforme ressaltaram participantes da audiência, adotar medidas de incentivo às companhias aéreas menores que fazem os vôos

entre os pequenos centros regionais e as cidades maiores. Uma delas é a ajuda financeira às companhias regionais quando a linha explorada não é viável economicamente. Trata-se da suplementação tarifária, tema do Projeto de Lei 7199/02, do Senado, que tramita na Câmara. O deputado **Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB)**, que pediu a audiência, lembrou que o projeto já foi aprovado pelas comissões em caráter conclusivo e aguarda a manifestação da Mesa Diretora, por ter sido objeto de recurso para ser votado em Plenário.

**Barreira** - O tenente-brigadeiro Jorge Godinho mencionou uma alternativa em estudo para fortalecer o setor: promover mudanças na legislação para permitir maior participação do capital estrangeiro nas empresas que fazem o tráfego regional. A Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) também estuda uma medida: a possibilidade de adotar uma “cláusula de barreira” para impedir que empresas de alcance nacional operem linhas exploradas por companhias regionais.

## Pinga-Fogo

### Aposentados

Professor Ruy Pauletti (PSDB-RS) comentou que o governo alega não dispor de recursos suficientes para pagar os aposentados brasileiros, caso emenda do senador Paulo Paim, que estende o reajuste do salário mínimo às aposentadorias da Previdência seja aprovada. De acordo com Ruy Pauletti, enquanto o nível de pobreza do brasileiro aumenta a cada ano, o governo federal continua realizando gastos, inclusive com outras nações, por meio de ajudas humanitárias e perdão de dívidas. Professor Ruy Pauletti defendeu a importância de se preservar o valor real das aposentadorias, que se deteriora a cada ano.

### Reforma tributária

Otávio Leite (PSDB-RJ) reconheceu as dificuldades em se aprovar a reforma tributária no País e destacou que a redução de impostos é essencial para que a proposta resulte em dias melhores para a sociedade e o setor produtivo. Otávio Leite entende ser também necessária uma melhor distribuição da arrecadação tributária. De acordo com o deputado, 21 secretários estaduais de Fazenda são contrários à reforma em tramitação e podem questioná-la na Justiça futuramente.

### Paraíba

Luiz Couto (PT-PB) denunciou que as sessões extraordinárias realizadas em uma única manhã pela Assembleia Legislativa da Paraíba não duraram mais de cinco minutos, inclusive a que votou o Orçamento do estado para 2009. Segundo Luiz Couto, trata-se de uma "estratégia irresponsável" do governador Cássio Cunha Lima (PSDB), que teve sua cassação confirmada pelo TSE. As sessões destinaram-se à aprovação de aumentos salariais para todas as categorias do serviço público estadual. Luiz Couto avalia que o atual governador pretende criar embaraços para o futuro governador.

# Crise com Equador faz relator apressar criação da Unasul

Cristiane Bernardes

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB), disse que o colegiado deve analisar em breve propostas que podem prevenir conflitos entre os países da América do Sul, como o que envolve atualmente o Equador e o Brasil. Gadelha é relator, na comissão que preside, da Mensagem 537/08, do Poder Executivo, que cria a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). A nova entidade regional visa unir o Mercosul à Comunidade Andina.

O Equador tem uma dívida de US\$ 242,9 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e questiona a validade desse débito. A dívida alcança US\$ 331 milhões, somados os juros.

"Pretendo apresentar meu parecer o mais rápido possível. E gostaria de conjugá-lo com a apresentação do Plano Nacional de Defesa Estratégica, que está sendo elaborado pelo ministro Nelson Jobim [da Defesa], já que uma coisa tem relação com a outra", acrescentou o deputado.

O financiamento do BNDES foi destinado à construção da Usina Hidrelétrica San Francisco. Mesmo questionando o contrato na Câmara de Comércio Internacional, em Paris, o governo equatoriano informou que pretende pagar as parcelas até a decisão do processo. O primeiro pa-

gamento, de US\$ 15 milhões, vence neste mês.

### Opiniões divididas

A crise entre Brasil e Equador divide as opiniões na Câmara. Há deputados contrários à atitude do presidente do país vizinho, Rafael Correa, de questionar a dívida com o BNDES para a construção da usina.

Outros argumentam que Correa tem o direito de questionar os termos dos contratos fechados em governos anteriores. A obra, feita pela construtora brasileira Odebrecht, apresentou falhas depois da construção e sofreu uma reforma.

O deputado Marcondes Gadelha considera o conflito com o Equador "extremamente constrangedor". Segundo ele, não há razões para o país entrar em conflito com o Brasil, pois a construtora responsável pela obra admitiu as falhas e se propôs a corrigi-las. "Nós vamos avançar com a aprovação do Tratado

da Unasul pois, se a Unasul já estivesse funcionando plenamente, este seria um bom momento para tratar um contencioso dessa natureza na presença de todos os chefes de Estados", destacou o parlamentar. Gadelha propôs ainda que o Brasil tome medidas cautelares

JBATISTA



Marcondes Gadelha

em relação a outros financiamentos que tenha com o Equador.

### Defesa do Equador

Para a líder do PSOL, deputada Luciana Genro (RS), o presidente do Equador não apenas tem o direito, mas o dever de contestar contratos feitos com empresas estrangeiras que prejudiquem os interesses do país. Segundo a parlamentar, o comportamento do Brasil nas crises com os vizinhos não pode ser imperialista, pois isso

pode prejudicar o relacionamento com os demais países. Luciana Genro ressalta que o problema da dívida pública é comum entre as nações da América Latina.

"Poderia ajudar muito se também a Câmara brasileira fizesse uma auditoria na dívida pública e nós pudéssemos realizar um grande debate na América Latina sobre o problema da dívida dos países", sugeriu Luciana Genro.

CPI - Luciana Genro citou a auditoria Maria Lúcia Fatorelli, que esteve no Equador acompanhando uma investigação sobre a dívida em litígio: "Ela relatou que vários problemas que os auditores encontraram nos contratos do Equador, podem também existir nos contratos do Brasil." A parlamentar lembrou que os deputados já coletaram as assinaturas suficientes para criação da CPI da Dívida Pública, exatamente para fazer essa auditoria nos contratos com empresas multinacionais de outros países. A comissão ainda não foi instalada.

Se a Unasul já estivesse funcionando, um contencioso dessa natureza poderia ser tratado na presença de todos os chefes de Estados

## Comissão aprova mudanças no estatuto das microempresas

Maria Neves

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio aprovou na semana passada o Projeto de Lei Complementar 130/07, do deputado Guilherme Campos, que prevê mudanças no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/06). Entre as modificações, a proposta define uma regra de transição das empresas do regime diferenciado (Supersimples) para o regime geral de tributação. A proposta foi relatada pelo deputado João Maia (PR-RN).

De acordo com o projeto, para dei-

xar o regime especial de tributação, o lucro bruto da empresa favorecida deve ultrapassar o limite por três anos consecutivos. A lei atual prevê a saída no ano seguinte ao aumento do faturamento.

O texto prevê ainda que, ao deixar o Supersimples, a empresa contará com redução de tributos nos cinco anos seguintes, desde que tenha lucro anual bruto de até R\$ 3,084 milhões. No primeiro ano, terá direito à redução de 35% no Imposto de Renda e nas contribuições sociais. No segundo ano, o abatimento será de 30%; no terceiro, de 25%; no quarto, de 20%; e no quinto, de 10%.

Ajuste - Atualmente, são classificados como microempresas estabelecimentos com

lucro bruto anual de até R\$ 240 mil. Para enquadrar-se como empresa de pequeno porte, o faturamento deve ficar entre R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões.

O texto aprovado propõe a correção de todos os valores constantes na Lei Complementar 123/04 em 2,8%. Com isso, para se classificar como de pequeno porte, a empresa deve ter um faturamento anual entre R\$ 246,7 e R\$ 2,467 milhões.

O projeto determina ainda que os valores constantes na Lei 123/06 poderão ser corrigidos por lei ordinária.

Tramitação - O projeto, que tramita em regime de prioridade, segue para a Comissão de Finanças e Tributação.

# Câmara transforma o dia da consciência negra em feriado

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou na quarta-feira (26), em caráter conclusivo, feriado nacional para o Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. O feriado passará a ser denominado Dia de Zumbi, em alusão ao líder quilombola morto nessa data. A proposta segue para análise do Senado.

O relator do Projeto de Lei 4437/04, deputado **Silvinho Peccioli (DEM-SP)**, argumentou que embora haja relutância na criação de novos feriados no Brasil, o Dia da Consciência Negra já faz parte do calendário brasileiro. A Lei 10.639/03 incluiu a data oficialmente no calendário escolar, assim como o ensino da história e cultura afro-brasileiras. Em 2008, 360 cidades em 18 estados celebraram a data. Sendo que, em 303 desses municípios, foi feriado bancário, incluindo as capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Maceió e Cuiabá.

**Substitutivo** - Os PL 4437/04 e 5352/05, ambos do Senado, propunham a homenagem a Zumbi e a

instalação de um feriado nacional. As propostas foram reunidas pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara em um único texto, de autoria do deputado **Chico Alencar (Psol-RJ)**. Pela proposta o nome oficial da data será Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. Para ele, Zumbi dos Palmares tem hoje a mesma estatura de Tiradentes, herói brasileiro homenageado com o feriado nacional de 21 de abril.

**Dia da Inovação** - A CCJ também aprovou, em caráter conclusivo, o PL 7238/02, do Poder Executivo, que designa o dia 19 de outubro como Dia da Inovação. Segundo o relator, deputado **Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)**, a data servirá para ampliar o conhecimento brasileiro sobre a relação entre inovação e indústria, um dos principais passos para o desenvolvimento de qualquer nação. "Hoje, a palavra inovação é mais usada no contexto de idéias e invenções, sendo que inovação é invenção que chega no mercado", disse. Essa proposta também segue para o Senado.



Zumbi dos Palmares

## Defesa do Consumidor prevê regras e valores de indenizações por danos morais

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou proposta que define as regras para a concessão de indenização por dano moral e estabelece seus valores, que poderão chegar a R\$ 100 mil. O relator do projeto na comissão, deputado **Júlio Delgado (PSB-MG)**, apresentou substitutivo ampliando o texto original (PL 2496/07), do deputado **Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB)**. Ele se baseou em emenda apresentada pelo deputado Max Rosenmann, falecido em outubro. O projeto está sendo examinado em caráter conclusivo e segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O projeto de Vital do Rêgo Filho obriga os juízes, na ação de reparação por dano moral baseada em relação de consumo, a fixar um valor de indenização que atenda ao mesmo tempo as dimensões punitiva e compensatória. No entanto, não determina um valor para a indenização.

Para Júlio Delgado, o texto é vago em relação a como implementar a medida, o que manteria a dificuldade de medir a

extensão dos danos morais. O substitutivo proposto, segundo o relator, é mais completo, ao estabelecer uma série de critérios objetivos que deverão ser levados em conta pelo juiz para a fixação dos danos morais. "Isso garante o devido processo legal, de forma a evitar condenações excessivas, arbitrárias ou mesmo incabíveis", acrescenta.

**Níveis de indenização** - A proposta,

ARQUIVO SEFOT



Júlio Delgado

que altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), cria três níveis de indenização: ofensa de natureza leve, até R\$ 8 mil; ofensa de natureza média, até R\$ 40 mil; e ofensa de natureza grave, até R\$ 100 mil.

Pelo texto, na fixação do valor, o juiz deverá considerar os reflexos pessoais e sociais da ação ou omissão; a possibilidade de superação física ou psicológica; e a extensão e duração dos efeitos da ofensa. Conforme a proposta, a capacidade financeira de quem causou o dano, por si só, não autoriza a fixação da indenização em valor que leve ao enriquecimento sem causa ou desproporcional da vítima ou de outra pessoa interessada.

"Nos países de tradição jurídica civilista, como é o caso do Brasil, a doutrina tradicional ensina que a indenização do dano moral visa a restituir o patrimônio da vítima ao estado anterior ao dano, e, se não for possível, a compensá-la da dor sofrida sem que disso decorra o enriquecimento sem causa. Daí o caráter compensatório da indenização", explica Delgado.

## Pinga-Fogo

### Cassação

**Marcondes Gadelha (PSB-PB)** afirmou que o Brasil está perplexo com as ações da Assembléia Legislativa da Paraíba, que realizou 17 sessões extraordinárias em uma única manhã, aprovando aumentos salariais e planos de carreiras para servidores do estado. Marcondes Gadelha criticou também o governador Cássio Cunha Lima, que teve sua cassação confirmada pelo TSE. O deputado disse que a Justiça Eleitoral cassou o mandato de Cunha Lima com base em fundamentação criteriosa, inclusive assegurando amplo direito de defesa ao governador, que teria distribuído 35 mil cheques a eleitores.

### Cooperação

**Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)** elogiou a realização das conferências Brasileira e Internacional para o Monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relativos à área de saúde. O evento foi realizado pelos ministérios da Saúde e de Relações Exteriores em Brasília, e contou com representantes de 17 países e nove organismos internacionais. Rollemberg lembrou que a estratégia político-econômica das nações sempre foi focalizada no equilíbrio financeiro e econômico. Porém, segundo ele, as prioridades foram invertidas, e estão voltadas atualmente para o bem-estar e a realização das pessoas.

### Violência doméstica

**Elcione Barbalho (PMDB-PA)** afirmou que a violência contra as mulheres é uma realidade que atinge indistintamente todos os países, o que exige um nível de conscientização mundial para o problema. De acordo com Elcione Barbalho, a violência contra a mulher não faz distinção de renda. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, o problema registra índices altos e, no Brasil, uma mulher é agredida a cada 15 segundos. A deputada acredita que a Lei Maria da Penha contribui para mudar tal cenário, mas teme que os dados oficiais estejam defasados em função das denúncias que deixam de ser realizadas por medo ou desinformação.

# Dilma Rousseff explicará a deputados impacto da crise nas medidas do PAC

A Câmara realiza amanhã audiência pública para ouvir a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, sobre os impactos da crise do sistema financeiro internacional na implementação das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O debate será promovido pelas comissões de Finanças e Tributação; de Desenvolvimento Urbano; de Fiscalização Financeira e Controle; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; e de Viação e Transportes.

**Investimentos públicos** - De acordo com o deputado Zezéu Ribeiro, um dos autores do requerimento de audiência, mesmo fortalecida com medidas do governo, a economia brasileira tem sentido efeitos diretos da crise financeira internacional. Por isso, segundo ele, são necessários esclarecimentos sobre como ficam os investimentos públicos, principalmente aqueles vinculados ao PAC. "Nos programas, há investimentos importantes nas áreas de habitação, saneamento e transporte urbano que interessam diretamente à Comissão de Desenvolvimento Urbano", explica.

**Infra-estrutura** - O deputado



Preocupação dos deputados é com a situação dos investimentos do PAC na área social, como nesta obra de saneamento no Distrito Federal

**Fernando Coruja (PPS-SC)** diz que um dos primeiros setores a sofrer perdas com a crise será o de investimentos públicos em infra-estrutura, mais especificamente o de portos e hidrelétricas. "Setores que formam a base do PAC já são os mais atingidos pela escassez de crédito internacional. Além disso, de setembro para outubro, os investimentos nas obras do PAC caíram quase 80% em consequência da crise econômica", disse o deputado, que solicitou o debate na Comissão de Finanças e Tributação.

Em 3 de novembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que é uma "questão de honra" para o governo federal manter as obras previstas no PAC mesmo com a crise financeira internacional. Lula citou como uma das formas de enfrentar a crise o fortalecimento das obras de infra-estrutura e do mercado interno.

A audiência com a ministra Dilma Rousseff também foi sugerida pelos deputados **Miguel Corrêa (PT-MG)**, **Hugo Leal (PSC-RJ)**, **Paulo Pimenta (PT-RS)**, **Janete Capiberibe (PSB-AP)** e **Eduardo Valverde (PT-RO)**

O debate será realizado às 10 horas, no plenário 4.

## Aprovada certidão negativa de débito trabalhista

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou projeto do Senado (PL 7077/02) que institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). A proposta foi aprovada nos termos do substitutivo do relator, deputado **Luiz Couto (PT-PB)**, que, entre outras modificações, reduz as hipóteses em que seriam exigidas a CNDT, a ser fornecida pela Justiça do Trabalho. Couto manteve a exigência de apresentação da certidão apenas para comprovação de regularidade trabalhista junto à Administração Pública nos processos de licitação.

A proposta tramita em caráter conclusivo pelas comissões e, se não houver recurso para apreciação do Plenário, retornará ao Senado para análise das mudanças aprovadas pelos deputados.

**Hipóteses** - Pela proposta original, do Senado, a certidão deveria ser exigida de empresa também nas hipóteses de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; na

alienação ou oneração de bem imóvel; e no registro de alterações da empresa. A certidão também seria exigida quando houvesse a averbação de obra de construção civil no registro de imóveis. Se o projeto for transformado em lei, os atos praticados sem a observância da exigência da certidão serão considerados nulos, o que acarretará a responsabilidade solidária dos contratantes.

**Débito trabalhista** - O débito trabalhista está definido como a falta de pagamento de obrigações estabelecidas em sentença condenatória da Justiça do Trabalho transitada em julgado, assim como daquelas constantes no termo de ajuste de conduta celebrado perante o Ministério Público do Trabalho ou de termo de acordo firmado perante Comissão de Conciliação Prévia.

A inexistência de débito provada em relação a um dos estabelecimentos será válida para todas as agências, filiais ou obras de construção civil da empresa.

**Licitação** - O texto aprovado altera dispositivos da Lei de Licitações (8.666/93), para incluir a regularidade

trabalhista para a habilitação em licitação, além da regularidade fiscal já exigida. O deputado Luiz Couto concorda com a alteração. "Realmente não é razoável que os contratantes com o Poder Público cuidem, apenas, de regularizar sua situação com a Fazenda Pública e

GILBERTO NASCIMENTO



Luiz Couto

com a Previdência Social, relegando a último plano a preferência legal dos créditos trabalhistas, em detrimento dos trabalhadores", sustenta Couto. Citando o ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho Vantuil Abdala, Luiz Couto acrescenta que a empresa que não paga um débito trabalhista é uma empresa que não tem idoneidade econômico-financeira para garantir o cumprimento de suas obrigações junto ao poder público.

"Não há prova maior de inidoneidade do que a de quem não paga sequer direitos dos trabalhadores. Empresas desse tipo não devem mesmo ser admitidas num processo de licitação pública para contratar com o poder público", defende Couto. O relator acatou emendas dos deputados **Alberto Fraga (DEM - DF)** e **Paulo Magalhães (DEM - BA)** para que, a exemplo do fisco e da Previdência Social, possa ser concedida a Certidão Positiva com efeitos negativos nos casos em que ainda houver discussão judicial sobre o débito apontado.